

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL

DANIELLY DINACIR ARAUJO REMEDI

ANALISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MULHERES MIL NO MUNICÍPIO
DE PINHAIS, NA REGIÃO DO CRAS OESTE: ENFOQUE NO IMPACTO SOCIAL
NA VIDA DAS MULHERES.

MATINHOS

2014

DANIELLY DINACIR ARAUJO REMEDI

ANALISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MULHERES MIL NO MUNICÍPIO
DE PINHAIS, NA REGIÃO DO CRAS OESTE: ENFOQUE NO IMPACTO SOCIAL
NA VIDA DAS MULHERES.

Artigo de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Especialização em Questão Social na
perspectiva interdisciplinar, Setor Litoral,
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Msc^a Taísa da Motta Oliveira

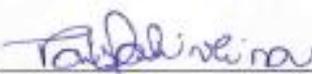
MATINHOS

2014

PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Mestre **TAÍSA DA MOTTA OLIVEIRA**, realizaram em **06/12/2014** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **DANIELLY DINACIR ARAUJO REMEDI**, sob o título "**ANALISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MULHERES MIL NO MUNICÍPIO DE PINHAIS, NA REGIÃO DO CRAS OESTE: ENFOQUE NO IMPACTO SOCIAL NA VIDA DAS MULHERES**", como quesito parcial para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo recebido conceito "**AP2**".

Matinhos, 06 de dezembro de 2014.



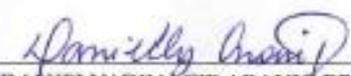
Profª. MSc. Taisa da Motta Oliveira



Profª. Dra. Helena Midori Kashiwagi



Profª. Dra. Edina Vergara Fagundes



DANIELLY DINACIR ARAUJO REMEDI
Estudante

Conceitos de aprovação

APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação

AP5 = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO (OS) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APORTADOS PELA BANCA PARA ACEITE FINAL DO TRABALHO.



AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Prof.^a MSc. Taísa da Motta Oliveira pelo acompanhamento, auxílio com sugestões preciosas, para o encaminhamento e direcionamento das ações do trabalho.

À minha mãe Dinacir Araújo Quirino pelo estímulo, auxílio, atenção, paciência, compreensão, carinho e apoio irrestrito durante esta minha trajetória.

Ao meu sobrinho Lukas Gabriel e ao meu noivo Luciano Cavalheiro, pelas sugestões e apoio estimulante durante este período de curso.

Aos meus amigos de turma e de trabalho pelas reflexões críticas, sugestões recebidas.

Às Mulheres participantes do Programa Mulheres Mil, objeto desta pesquisa.

ANALISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MULHERES MIL NO MUNICÍPIO DE PINHAIS, NA REGIÃO DO CRAS OESTE: ENFOQUE NO IMPACTO SOCIAL NA VIDA DAS MULHERES.

Danielly Dinacir Araújo Remedi¹

RESUMO

Este artigo resulta do estudo desenvolvido durante a execução do Programa Mulheres Mil, no município de Pinhais, região do Cras Oeste, no ano de 2014. Programa este que tem como objetivo promover a qualificação profissional de 35 mulheres residentes nos bairros, Alto Tarumã e Jardim Claudia, com a profissão de Pintor de Obras e textura de paredes, estruturando-se, em três eixos: educação, cidadania e desenvolvimento. Para registro de dados, foi desenvolvido um questionário semiaberto para assinalar as informações relativas às condições objetivas de vida da família, visões sobre o curso, bem como seu perfil socioeconômico. O objetivo deste artigo é analisar os impactos sociais resultantes da implantação do Programa Mulheres Mil, no município de Pinhais/PR. Os dados apresentados decorrem da análise do levantamento realizado com as mulheres regularmente matriculadas. Optou-se por apresentar os resultados em forma de tabelas e de entrevistas, o que possibilita uma melhor compreensão dos dados. Após análises, identificou-se que uma parcela significativa das mulheres realizou e permaneceu no curso para uma melhor qualificação profissional, impactando na renda familiar e melhorando a condição social da família no todo.

Palavras-Chave: Mulheres Mil, Qualificação, Social.

¹Graduada em Serviço Social (FIES), Pós-Graduada em Gestão Social (Bagozzi), Especialização: na área Sociológica com ênfase em Educação, com concentração em Política Estratégia e Planejamento (FIES/ADESG) e Pós-Graduada em Questão Social na perspectiva interdisciplinar (UFPR Litoral). daniellyctba@ig.com.br.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa constitui em construir reflexões e conhecimentos acerca da implantação do Programa Mulheres Mil no Município de Pinhais. Este estudo tem por relevância o aspecto quanto da superação dos possíveis impactos sociais na ação coletiva protagonizada pelas mulheres atendidas no programa Mulheres Mil, moradoras dos bairros Jardim Claudia e Emiliano Pernetá no Município de Pinhais, capacitando cidadãs vulneráveis em seus vínculos e direitos.

A problemática suscitada nesta investigação foi focada no fato de que a escolha desse tema tem como principal finalidade, uma análise da experiência desenvolvida com mulheres capacitadas na profissão de pintoras de parede, através do Programa Mulheres Mil. A relevância nesse artigo consiste no acompanhamento das mulheres durante quatro meses de execução do Programa. Com início em Janeiro de 2014 passando pelas fases da entrevista, seleção, desenvolvimento, capacitação e futuramente conclusão.

O estudo tem por objetivo, analisar a implantação do Programa Mulheres Mil no Município de Pinhais, na região do Cras Oeste, com enfoque no impacto social na vida das mulheres participantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O impulso inicial que norteou este trabalho levou em consideração, os questionamentos quanto, as perspectivas das Mulheres participantes do programa, o impacto pessoal e social na vida das mulheres pós-capacitação, quais as aspirações profissionais das Mulheres participantes do programa.

A pesquisa aproximou-se na perspectiva da mediação, categoria metodológica esta, que permite sair de uma situação imediata buscando uma visão da totalidade, de acordo com a autora Ivete Simionatto,(1985, p.281) entende-se totalidade enquanto o conjunto das relações constitutivas do ser social envolve antagonismos e contradições, apreendidos a partir de um ponto de vista crítico que leva em conta a historicidade. Desvenda suas contradições e reconhece que ela é constituída por mediações, abrindo novas possibilidades para pensar seus referenciais teóricos e suas ações interventivas. Ivete Simionato (1985), enfatiza que a compreensão da realidade social tem contribuído para operar mudanças significativas ao avanço teórico-metodológico, ético-político e prático-operativo da

profissão. A metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método/caminho do trabalho de pesquisa.

O tipo de pesquisa utilizada é a explicativa, não desvinculada da descritiva. Com intenção de identificar os fatores que determinam e contribuem para a ocorrência dos fenômenos, aprofundando o conhecimento de determinada realidade. Optou-se pela pesquisa quali-quantitativa, pôr “ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. (RICHARSON, 1999, p. 79). Esse tipo de pesquisa é capaz de descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos pôr grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar o entendimento de particularidades do comportamento dos indivíduos. Ainda permite uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, bem como se evidencia o que os entrevistados pensam a respeito do que está sendo pesquisado. De acordo com o tipo de dados coletados e sua análise, as pesquisas qualitativas “fundamentam-se em dados coligidos nas interações interpessoais, na coparticipação das situações informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos” (CHIZZOTTI, 1995, p. 52). A importância foi categorizar as situações de desenvolvimento pessoal e social das mulheres ao longo da qualificação profissional.

Dentre os instrumentos e técnicas utilizados para a coleta de dados, optou-se pela entrevista semiestruturada que conforme prévio roteiro (ver apêndice 02), direciona suas perguntas com o interesse para o estudo. A metodologia de análise utilizada é denominada análise de conteúdo que objetiva “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. (IBID, p. 98). Essa técnica procura conhecer aquilo que está incógnito nas palavras sobre as quais debruça fator indispensável para refletir a cerca do tema. Para BARDIN (2000, p.31),

a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

As fases da análise são: “pré-análise (organização do material), análise do material (categorização), e tratamento dos resultados, a inferência e interpretação (análise)”. (IBID, p. 31). Foram entrevistadas 10 (dez) participantes do Programa Mulheres Mil, dentre 20 participantes restantes no curso, com enfoque em diferentes perfis de mulheres (TABELA 1).

TABELA 1 - MULHERES ENTREVISTADAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA MULHERES MIL - PINHAIS/PR - 2014.

ENTREVISTADA	NOME	IDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	OBS	RELATO
01	M.A.T	46 anos	Viúva	Auxiliar de serviços gerais Com CTPs.	Mãe de três filhos ex-presidiária, é a responsável pelos cuidados de dois netos, seu atual companheiro é dependente de bebida alcoólica. É beneficiária do Programa Bolsa Família.	Relata que está realizando o curso para qualificação profissional e ampliar a renda da família
02	J.S	33 anos	Separada	Do lar Recebe – Benefício de Prestação Continuada –BPC / Deficiente	Mãe de três filhos, uns de seus filhos é Pessoa com Deficiência - PcD, é família monoparental. É beneficiária do Programa Bolsa Família	Relata que está realizando o curso para qualificação profissional ampliar a renda da família e para poder trabalhar como autônoma, nos horários em que seu filho Pessoa com Deficiência - PcD esta na escola
03	A.F	31 anos	Solteira	Diarista	Mãe de dois filhos, seu atual companheiro é dependente de bebida alcoólica e drogas psicoativas.	Relata que está realizando o curso para qualificação profissional, ampliar a renda da família e não depender financeiramente do companheiro.
04	N.S	39 anos	Separada	Diarista	Mãe de quatro filhos, é família monoparental. É beneficiária do Programa Bolsa Família	Relata que está realizando o curso para qualificação profissional, ampliar a renda da família e poder trabalhar como autônoma.

05	J.S	18 anos	União estável	Manicure	Mãe de um filho, gestante de 05 meses, se coloca como dependente do marido financeiramente.	Relata que está realizando o curso para qualificação profissional, ampliar a renda da família e não ser mais dependente financeiramente do companheiro.
06	J.J	25 anos	União estável	Costureira	Mãe de três filhos se coloca como em parte dependente do marido financeiramente, pois relata que sua renda não é suficiente para sustentar os filhos. É beneficiária do Programa Bolsa Família	Relata que está realizando o curso para qualificação profissional, e ter uma profissão, não precisar financeiramente do companheiro.
07	A.F.J	24 anos	Solteira	Do lar	Mãe de dois filhos. É beneficiária do Programa Bolsa Família	Relata que está realizando o curso para qualificação profissional e ampliar a renda da família.
08	M.M.S	25 anos	União estável	Do lar	Mãe de quatro filhos, se coloca como em parte dependente do marido financeiramente, pois relata que sua renda não é suficiente para sustentar os filhos. É beneficiária do Programa Bolsa Família.	Relata que está realizando o curso para qualificação profissional ampliar a renda da família e não ser dependente financeiramente do companheiro.
09	M.S.P	38 anos	Solteira	Do lar	Mãe de quatro filhos relata que sobrevive com a renda do Programa Bolsa Família, realiza quando pode diárias.	Relata que está realizando o curso para qualificação profissional ampliar a renda da família e ter uma profissão e futuramente abrir uma cooperativa com as colegas de curso.
10	S.T	43 anos	Casada	Do lar	Mãe de cinco filhos se coloca como dependente do marido financeiramente, pois relata que não consegue trabalhar, pois não tem com quem deixar as crianças. É beneficiária do Programa Bolsa Família.	Relata que está realizando o curso para qualificação profissional, ampliar a renda da família, ter uma profissão e futuramente abrir uma cooperativa com as colegas de curso.

Para identificar qual foi o impacto social na vida das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil, analisou-se suas representações sociais, ou sua visão social de mundo, conceito que está articulado na pesquisa.

Para SILVA (2002, p.36), representação social é

espécie de imagem mental da realidade. Considera-se representação como uma totalidade complexa e contraditória de ideias, valores, sentimentos, discursos e práticas frente a algum fenômeno. Supõe a inter-relação entre o plano racional-intelectual e a afetividade moral e cultural, encontrando-se permeada de elementos sociais, políticos e culturais, como um conjunto de relações produtivas sociais e interpessoais.

Afirma ainda que todos os indivíduos possuem um conjunto de representações, isto é, um grupo de ideias e valores sobre os homens, a sociedade e suas relações. Em outras palavras, qualquer ser humano, seja qual for sua origem social, seu grau de reflexão e poder de análise, possui um conjunto de opiniões e concepções sobre a realidade que o cerca, são essas concepções da realidade que estaremos abstraído e analisando em nosso estudo.

2 DESENVOLVIMENTO

Segundo Ministério da Educação MEC - 2009, O Programa Mulheres Mil é um programa de políticas públicas do Governo do Brasil, com os eixos voltados para a promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. O programa também contribuiu para o alcance das Metas do Milênio, promulgada pela ONU em 2000 e aprovada por 191 países. Entre as metas estabelecidas estão à erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental.

O programa tem como objetivo promover a formação profissional e tecnológica de cerca de mil mulheres no Brasil, a meta é garantir o acesso à educação profissional e à elevação da escolaridade, de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade. Estruturado em três eixos - educação, cidadania e desenvolvimento sustentável o programa possibilitará a inclusão social, por meio da oferta de formação focada na autonomia e na criação de alternativas para a

inserção no mundo do trabalho, para que essas mulheres consigam melhorar a qualidade de suas vidas e das de suas comunidades.

Os projetos locais são ordenados de acordo com as necessidades do município, em relação a vulnerabilidade social, econômica e cultural, levando em consideração índices de Desenvolvimento Humano, violência, Educação entre outros. O Programa Mulheres Mil faz parte das ações do Programa Brasil Sem Miséria, articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema, foi instituído pela Portaria do MEC nº 1.015, do dia 21 julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de julho, seção 1, página 38 (ver Anexo 01).

2.1 PROGRAMA MULHERES MIL NO MUNICÍPIO DE PINHAIS – PR.

O Programa Mulheres Mil foi implantado com o objetivo de oferecer as bases de uma política social de inclusão, por meio do qual as mulheres tem acesso à educação profissional, emprego e renda. O Programa Mulheres Mil está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo Federal, especialmente nos eixos promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. Em Pinhais/PR, o Instituto Federal do Paraná, em conjunto com instituições parceiras, são os responsáveis pela formulação e execução do programa, que deve estar de acordo com as necessidades da comunidade, visando, simultaneamente, o aumento da escolaridade e a inserção no mercado formal.

Os critérios utilizados pelo Programa, para a escolha do município foram:

- a) maiores índices de violência contra mulher, e
- b) mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Conforme pesquisas, a posição no ranking de violência contra a mulher: O Paraná ocupa o 3º lugar no ranking nacional, com a taxa de 6,4 homicídios femininos por 100 mil mulheres. Pinhais ocupa o 68º lugar de Município no País, com 10,0 homicídios a cada 100 mil mulheres. (CEBELA, Mapa da Violência, 2012), (TABELA 2).

TABELA 2 - MUNICÍPIOS DO PARANÁ INCLUÍDOS ENTRE OS CEM MAIS VIOLENTOS DO PAÍS

Posição Ranking	Município	População Feminina	Taxa de homicídio Feminino (em 100 mil mulheres)
2º	Piraquara	45.013	24,4
23º	Araucária	59.517	13,4
31º	Fazenda Rio grande	41.101	12,2
44º	Telêmaco Borba	35.486	11,3
52º	União da Vitoria	26.917	11,1
58º	Foz do Iguaçu	131.870	10,6
60º	Curitiba	916.792	10,4
68º	Pinhais	60.199	10
75º	São José dos Pinhais	133.613	9,7
81º	Colombo	107.957	9,3
96º	Guarapuava	85.531	8,2

Fonte: (CEBELA, mapa da violência, 2012)

TABELA 3 COMPARATIVO DOS REGISTROS DE BOLETINS DE OCORRÊNCIA RELATIVOS AOS CRIMES CONTRA A MULHER ENTRE MUNICÍPIOS DO PARANÁ NO PERÍODO DE 2009 A 2011.

Município	Total de BOs (2009 a 2011)	Média de BOs (2009 a 2011)	População de Mulheres	Média de BOs por 100 mil Mulheres
São José dos Pinhais	5.190	1.730,00	133.613	1.294,80
Cascavel	5.781	1.927,00	146.434	1.316,00
Foz do Iguaçu	148	49,30	131.870	37,40
Piraquara	116	38,60	45.013	85,80
Pinhais	160	53,30	60.199	88,50
Curitiba	13.666	4.555,30	916.792	496,90

Fonte: Dados dos sistemas de boletim de ocorrências unificados (SESP/PR), IBGE Cidades 201 e do Dossiê dos movimentos civis estaduais do Paraná/2012.

Dentre o levantamento dos bairros com os índices de maior violência contra mulher em Pinhais, foram destacados Jardim Claudia e Alto Tarumã, ambos bairros de abrangência do Cras Oeste.

As etapas do Programa deram-se por meses (TABELA 4):

TABELA 4 - ANO 2014 - ETAPA / AÇÕES DO PROGRAMA MULHERES MIL NO MUNICÍPIO DE PINHAIS.

Janeiro	Assinatura do termo de adesão, tendo a participação de gestores do Instituto Federal do Paraná, representante do Programa Federal Cleusa Lima, o prefeito de Pinhais, Luizão Goulart, a vice-prefeita, Marli Paulino e demais representante do executivo municipal. Realização de reuniões para exposição do programa com a representante Cleusa Lima e do IFPR Profa. Roberta - Plano de trabalho de divulgação e inscrição. Curso - Pintor de Obras e textura de paredes – Carga Horária: 200h. Descrição: Analisa e prepara superfícies internas e externas de edificações a serem pintadas, combinando materiais. Distingue materiais para cada tipo de estrutura a ser pintada. Calcula quantidade de materiais e equipamentos a serem utilizados. Aplica tintas e materiais similares em superfícies. Realiza pinturas externas e internas em superfícies de edificações, de acordo com as normas técnicas de qualidade, saúde, higiene e segurança. Cras Oeste realizou o levantamento e critérios de seleção das mulheres para participarem do programa. Objetivando a inclusão social de mulheres em situação de vulnerabilidade social ter acesso à educação profissional, ao emprego e renda. Bolsa auxílio mensal, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) durante a vigência do projeto de formação.
Fevereiro	Levantamento de dados do cadastro único para seleção das mulheres, receptoras do PBF; Cruzamento de dados com as famílias atendidas no cras oeste, dos bairros - Alto Tarumã e Jardim Claudia, mulheres chefes de família; realização da busca ativa, abertura das inscrições.
Março	Realização da busca ativa, abertura das inscrições e reunião com as mulheres inscritas no programa.
Abril	Realização da busca ativa, realização das inscrições, reunião com as mulheres inscritas no programa e Início do Curso.
Maio	
Junho	Execução das atividades teóricas
Julho	
Agosto	Prorrogação das férias, pois o IFPR informou às alunas que não houve contratação de professores para as atividades praticas, estaria em licitação
Setembro	Previsão de conclusão das atividades e formatura das alunas, entretanto, com o entrave da contratação de professores será prorrogada para o mês de outubro.
Outubro	Prorrogação de retorno devido à licitação.
Novembro	Aula Pratica.
Dezembro	Finalização do curso e Formatura da turma.

Fonte: A autora, 2014.

O presente estudo é do tipo analítico, prospectivo. As participantes deram o seu aval por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE (ver apêndice 01).

2.2 - CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Das 145 mulheres selecionadas pelos servidores do Cras Oeste, nos bairros Alto Tarumã e Jardim Claudia da cidade de Pinhais/PR para entrevista da primeira fase, foram incluídas no primeiro momento 50 mulheres, de maneira consecutiva, as

quais se enquadraram nos critérios estipulados pelo Ministério da Educação (MEC) para inclusão no Programa:

a) Recebedoras de transferência de renda do programa bolsa família, b) A partir de 16 anos; c) Chefes de família; d) Em situação de extrema pobreza; e) Estado de vulnerabilidade social; f) Cadastradas no Cadastro Único; g) Ensino Fundamental incompleto; h) Dificuldade de aprendizagem; i) Condições de moradia precária; j) Histórico de emprego com baixa remuneração; k) Necessidade de acesso aos serviços públicos; l) Fragilidade da estrutura de apoio familiar.

Ressalta-se que ao decorrer dos meses, houve desistências por parte das 50 Mulheres participantes, por decorrências observadas na Tabela 05:

TABELA 5 - INFORMAÇÕES DE DESISTÊNCIAS DO PROGRAMA.

MOTIVO	QUANTIDADE DE MULHERES	PERCENTUAL
Demora do início da realização do curso	11	36%
Troca de horários para realização das aulas	05	18%
Colocação no mercado do trabalho	06	20%
Retorno das aulas no após as férias	08	26%

Fonte: A autora, 2014.

Cabendo ainda dizer que no decorrer do curso restaram 20 mulheres, participando do programa.

Da etapa de pesquisa, quanto às características sócio demográficas das 10 (dez) mulheres entrevistadas:

TABELA 6

Faixa Etária	N	%
De 18 á 25 anos	4	40%
De 26 a 35 anos	2	20%
De 36 a 45 anos	3	30%
Acima de 46 anos	1	10%
TOTAL	10	100%

Fonte: A autora, 2014.

Percebe-se que a média de idade varia de 25 a 46 anos de idade, sendo 40% idade de 18 a 25 anos (TABELA 6);

TABELA 7

Estado civil	N	%
Solteira	3	30%
Casada	1	10%
Separada / divorciada	2	20%
Viúva	1	10%
União estável	3	30%
TOTAL	10	100%

Fonte: A autora, 2014.

Quanto ao estado civil à predominância é de mulheres em união estável e solteira com 30% cada (TABELA 7).

TABELA 8

Composição Familiar-Filhos	N	%
Não possui	0	0%
01	1	10%
02	2	20%
03	3	30%
Mais de 03	4	40%
TOTAL	10	100%

Fonte: A autora, 2014.

Com relação à composição familiar necessariamente à quantidade de filhos, verifica-se que 40% das mulheres possuem mais de 03 filhos (TABELA 8).

TABELA 9

Renda da família	N	%
Até ½ Salário mínimo	4	40%
Até 01 salário mínimo	6	60%
Até 02 Salários mínimo	0	0%
Mais de 02 salários mínimos	0	0%
TOTAL	10	100%

Fonte: A autora, 2014.

No que concerne à renda da família, percebe-se que 60% recebem em média um (01) salário mínimo (R\$ 724,00) (TABELA 9).

TABELA 10

Ocupação	N	%
Assalariada com CTPs	1	10%
Autônomo	4	40%
Aposentado/ pensionista	1	10%
Do lar	4	40%
TOTAL	10	100%

Fonte: A autora, 2014.

Em referência á a ocupação, verifica-se que somente 10% trabalham com CTP's assinada, sendo que 40% das mulheres se designam trabalhadoras do Lar, sendo que algumas mulheres não exerce nenhuma atividade econômica, declarando-se "do lar", entretanto, em contra partida algumas mulheres que declaram serem Do Lar, relataram realizar pequenos "bicos", destaca-se que das profissões declaradas pelas mulheres foram: costureira, diarista, manicure e auxiliar de serviços gerais (TABELA 10).

TABELA 11

Recebe benefício do Programa Bolsa Família	N	%
Sim	8	80%
Não	2	20%
TOTAL	10	100%

Fonte: A autora, 2014.

No que diz respeito ao Programa de Transferência de Renda, verifica-se que dentro do universo de 100%, 80% são receptoras do Programa Bolsa Família. Essas mulheres afirmam que sobrevivem basicamente dos programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (TABELA 11).

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Programa integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77,00 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. A gestão do Programa instituído pela Lei 10.836/2004 e regulamentado

pelo Decreto nº 5.209/2004, é descentralizada e compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios (MDS.gov.br).

Um das Metas do Governo Federal, através do Programa Brasil Sem Miséria, no qual está incluído os Programas de Transferência de Renda, no ano de 2014 é levada em consideração a igualdade de gênero, como evidenciado no site do MDS, em 03/10/2014, Programas Sociais Brasileiros promovem igualdade de gênero:

A promoção da igualdade de gênero é um dos frutos das políticas sociais brasileiras. Por meio do Bolsa Família, por exemplo, as mulheres em situação mais vulnerável hoje têm melhores condições de exercer seus direitos. A avaliação é da representante do escritório da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, site do MDS, em 03/10/2014 (...).

Salienta-se, que no Bolsa Família, a titularidade do cartão de recebimento do benefício, preferencialmente é para o sexo feminino, as quais realizam o papel social das mulheres, como comprometidas com o bem estar dos membros da família. Ordenando o orçamento da casa, realizando as compras de alimentos, materiais escolares, medicamentos entre outras necessidades da família, realizam os acompanhamentos escolares, pesagem das crianças, condicionalidades estas do programa.

Reduzir as desigualdades de gênero, reforçar a autonomia feminina, encaminhar a mulher para qualificação profissional, através de programa de transferência de renda no qual auxilia a permanência em curso, abre caminhos e possibilidades de uma profissionalização, e de plena concorrência ao mercado de trabalho. Segundo Nadine Gasman representante do escritório da ONU Mulheres no Brasil, “Ter consciência do que é gênero nesses programas é uma grande oportunidade de promover mudanças” (MDS.gov.br, em 03/10/2014).

Ressalta-se os questionamentos levantados em relação da profissão Mulheres Pintoras de Obras e textura de paredes.

Entrevistada 02 “...essa profissão é de homem...”,

Entrevistada 04 “...e mulher sabe pintar parede...”,

Entrevistada 10 “...lugar de mulher é em casa...”,

Frases estas reproduzidas por mais da metade das mulheres entrevistadas, percebemos que a violência de gênero, conceito amplo e preciso, considera que as relações entre mulheres e homens têm sido historicamente desiguais. Propiciando a subordinação da população feminina aos ditames masculinos, que impõem normas de conduta as mulheres e as devidas correções ao descumprimento dessas regras sutis e perversas, embutidas nesse relacionamento. Isto explica porque a violência de gênero. Após décadas de luta, as mulheres ainda têm muito que avançar para superar as desigualdades no mercado de trabalho. Mas agora querem que o mercado se adapte a elas, e não o contrário. “Pode-se facilmente concluir que a inferioridade feminina é exclusivamente social” (SAFIOTTI, 1987, p. 08);

Entrevistada 05 “...quero um emprego registrado, sem depender dele...”;

Entrevistada 06 “...eu quero trabalhar nas obras com meu marido...”;

Entrevistada 08 “...eu quero minha independência...”.

Sabe-se que o mercado de trabalho brasileiro está marcado por significativas desigualdades de gênero, sendo um aspecto que deve ser levado em conta nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas em geral. E em particular, das políticas de emprego, inclusão social e redução da pobreza, por este motivo o Programa Mulheres Mil vem de encontro à necessidade de inserção da mulher no mercado de trabalho em diversas áreas.

A necessidade de inserção da mulher no mercado, produz modificações nas relações familiares, impactando nas relações sociais.

Para Assis (2009)

Essa expansão da participação da mulher no cenário econômico, não se explica apenas por ser, a mulher, uma renda complementar da família, vai, além disso. Acontecem grandes mudanças sociais que envolvem transformações nas expectativas de vida pessoal, nas relações familiares, auto realização, independência financeira, entre outras coisas. O que ocorre no cenário mundial é uma mudança social. (ASSIS, 2009, p.3-4).

A inserção da mulher no mercado de trabalho ainda gera transformações no meio social, pois tendo uma qualificação, gerando uma renda fixa, mudou não só as suas vidas, como principalmente a da sua família.

Dentre os benefícios do Programa Mulheres Mil, foram ressaltadas:

Entrevistada 01 “...aprendi muito como calcular a metragem, fazer orçamentos...”,

Entrevistada 02 “...tenho outra visão de cidadania...”,

Entrevistada 04 “...vou ter uma profissão...”,

Entrevistada 05 “...aprendi palavras novas, fiz muitas amizades...”,

Entrevistada 09 “...vou conseguir abrir uma cooperativa...”,

Entrevistada 10 “...quero muito terminar o curso, e ter o meu trabalho... uma cooperativa com minha vizinha...”.

Dentre as dificuldades levantadas pelas mulheres, além da questão de gênero, outro ponto relevante foi à participação nas aulas, após as férias:

Entrevistada 01 “...minha ideia é construir um site sobrenomepintoradeparedes@site.com.br, colocar no facebook, mas com a demora de retorno não consigo continuar... mas não posso desistir...”,

Entrevistada 02 “...não conseguimos esperar por muito tempo, pois temos que trabalhar, essa demora atrapalha”...,

Entrevistada 09 “...preciso trabalhar, fazer minhas diárias, o curso não vai pagar minhas contas... ajuda, mas...”.

Ressalta-se que, houve atraso na contratação dos professores das aulas práticas, passando o tempo estipulado no cronograma desenvolvido para essa primeira turma. Esse só teve retorno em agosto e foi prorrogado por duas vezes, e retornado somente em novembro, o que ocasionou 08 desistências após retorno de férias e 05 por troca de horário, e dificuldades de permanências. Algo grave, pois resultou em um sério desligamento das alunas no Programa. Isso deverá ser revisto com o IFPR, uma vez que acarretou essa problemática de autoestima das participantes em levarem a cabo a finalização e a formatura nesse Programa. Cabe

ressaltar que 20 mulheres ainda estavam frequentando a aula pratica em final de novembro.

03. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início da elaboração da pesquisa até o presente momento, neste processo de construção contínuo ultrapassamos diversos momentos, nos quais pudemos encontrar dificuldades e facilidades. A pesquisa foi realizada com o grupo de mulheres participantes do Programa Mulheres Mil no município de Pinhais/PR, na qual acompanhamos do começo Termo de Adesão ao Programa até as aulas práticas, acompanhando as ansiedades das mulheres de entrarem no mercado de trabalho, de outras terem a menção de executarem seus ideias de transformar suas ações em cooperativas. O fator que facilitou nossa pesquisa foi o conhecimento prévio e contato direto com as mulheres.

As dificuldades apareceram no decorrer da execução do Programa, quando o mesmo não conseguiu seguiu o cronograma pré-estabelecido, com diversas pausas entre as aulas teóricas e práticas. O que causou desistência de muitas mulheres no Programa e a não finalização desta pesquisa juntamente com a formatura das mesmas, que se dará em dezembro de 2014. A pesquisa nos permitiu após as análises dos dados, verificar a visão das mulheres frente ao Programa Mulheres Mil, pois além da necessidade de entrarem no mercado de trabalho, da qualificação profissional, de mudança social familiar, as mulheres foram além de assumirem a responsabilidade doméstica, materna e matrimonial.

Com relação ao papel da mulher nos Programas de Transferência de Renda, deve-se levar em consideração o impacto do benefício como um complemento da renda familiar. Pode-se perceber que o benefício afirma a autoridade das mulheres nos espaços domésticos, sendo que todas as famílias acompanhadas ressaltam a importância do benefício para a renda da casa. O Programa Bolsa Família, e o Bolsa Auxílio do Programa Mulheres Mil, foram de suma importância para a permanência das mulheres na qualificação profissional, criando um independência financeira e autonomia nas decisões das ações sócio familiares.

O estudo realizado com certeza não esgotou todas as possibilidades sejam elas de determinações ou de resolução da problemática, porém abriu um pequeno espaço para que se possa aprofundar ainda mais o conhecimento sobre o assunto e aplicações de novos cursos para o Programa Mulheres Mil no Município de Pinhais.

REFERÊNCIAS

ASSIS,R.H. A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho. VI Congresso Virtual Brasileiro de Administração. Disponível na internet em http://www.convibra.com.br/2009/artigos/140_0.pdf Acessado setembro de 2014.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2000

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1995.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social : Métodos e Técnicas. São Paulo. Atlas,1999.

SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. Cortez, São Paulo, 1987.

SILVA, Jose Fernando Siqueira da. “Justiceiros” e Violência urbana, Cortez, São Paulo, 2002.

SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. São Paulo: Cortez; UFSC: Florianópolis, 1985.

Trilhas, Belém, v.2, n.1, p. 7-18, jul, 2001- A influencia de Gramsci no Serviço Social Brasileiro, Ivete Simionatto.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

MEC- Ministerio da Educação – Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/> Acessado de maio á outubro de 2014.

MDS– Ministério do Desenvolvimento Social- Disponível em: http://www.mds.gov.br/documentos/cartilha_mulheres_mil%202014_editado.pdf. Acessado em junho, setembro e outubro de 2014.

Cm - consultoria - Disponível em: http://www.cmconsultoria.com.br/imagens/diretorios/diretorio14/arquivo3224.pdf//Downloads/PORTARIA%201015%20Programa%20Nacional%20Mulheres%20Mil_0.pdf Acessado em setembro e outubro de 2014.

Palácio do Planalto/ Presidência da Republica - Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm. Acessado em julho, setembro e outubro de 2014.

MDS– Ministério do Desenvolvimento Social- Disponível em:<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/outubro/programas-sociais-brasileiros-promovem-igualdade-de-genero> Acessado em 11 de novembro de 2014.

Mapa da Violência Brasil - Disponível em:
http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf.
acessado em junho e julho de 2014.

SESP – Secretaria de Segurança Pública do Paraná - Disponível em:
http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio_Anual_2011_Sesp.pdf.
acessado em junho e julho de 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA PESQUISA DE CAMPO

APÊNDICE 01

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, após ter obtido esclarecimento da pesquisa, por meio de leitura própria e/ou pelo entrevistador deste Termo de consentimento livre e esclarecido: entendido todas as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo, concordo voluntariamente em participar do mesmo.

Entendo que tenho a liberdade de aceitar ou não responder às questões da entrevista, ou ainda me recusar a participar no momento em que eu o desejar sem qualquer prejuízo para mim ou para minha família. Gostaria de ressaltar que as informações repassadas serão sigilosas.

Estou respondendo um roteiro de questões para Danielly Dinacir Araujo Remedi, estudante da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, do curso de Pós Graduação em Questão Social, que estará realizando entrevistas para uma pesquisa sobre o Programa Mulheres Mil em Pinhais/Pr.

Matinhos, ____ de _____ de 2014,

Assinatura do voluntário.

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA PESQUISA DE CAMPO

1 – Qual sua idade?

- até 25 anos
- de 26 a 35 anos
- de 36 a 45 anos
- acima de 46 anos

2 - Estado civil?

- solteira
- casada
- separada / divorciada
- viúva
- união estável

3 – Composição familiar em relação aos filhos?

- não possui
- 1
- 2
- 3
- mais de 03 quantos? _____

4 – Qual renda da família?

- até ½ Salario mínimo
- até 01 salário mínimo
- até 02 Salários mínimo
- mais de 02 salários mínimos

5 - Situação no mercado de trabalho

- assalariada com CTPs
- autônomo
- Aposentado/ pensionista

() do lar

6 – Recebe benefício do Programa Bolsa Família?

() sim () não

7 – como soube do Programa Mulheres Mil?

() pelos meios de comunicação

() busca ativa realizada pelo Cras

8 – Qual foi seu interesse em participar do Programa Mulheres Mil?

() Capacitação profissional

() bolsa auxílio

9 – Quais foram às expectativas antes de começar a frequentar o Programa?

10 - Quais são às expectativas durante o Programa?

11 – Quais as dificuldades de permanecer no curso?

12 – Quais foram os benefícios para usuária e sua família na realização do Programa?

ANEXO 01

PORTARIA Nº 1.015, DE 21 DE JULHO DE 2011 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO GABINETE DO MINISTRO

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto no Decreto nº 4.877, de 13 de novembro de 2003, e tendo em vista o contido no Processo nº 23063.001261/2011-79, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Art. 2º O Programa Mulheres Mil constitui uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria e terá como principais diretrizes:

- I – Possibilitar o acesso à educação;
- II – Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres;
- III – Promover a inclusão social;
- IV – Defender a igualdade de gênero;
- V – Combater a violência contra a mulher;

Art. 3º O Programa Mulheres Mil deverá ser ofertado por instituições de educação profissional e tecnológica, permitindo-se a parceria com instituições de ensino regular.

§ 1º O Programa Mulheres Mil deverá ser ofertado, prioritariamente, pelas instituições públicas dos sistemas de ensino federais, estaduais e municipais.

§ 2º O Programa Mulheres Mil poderá ser ofertado pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”) e entidades privadas sem fins lucrativos, sendo as últimas, de comprovada experiência em educação profissional e tecnológica.

Art. 4º O Programa Mulheres Mil abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional e tecnológica:

- I – formação inicial e continuada de trabalhadores;
- e II – educação profissional técnica de nível médio.

§ 1º Os cursos e projetos do Mulheres Mil deverão considerar as características das mulheres atendidas, a fim de promover a equidade, igualdade de gênero, combate à violência contra mulher e acesso à educação e poderão ser articulados:

- I – ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade da mulher, no caso da formação inicial e continuada, nos termos dos arts. 35 a 42 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do art. 3o, § 2o, do Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004.

II – ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, nos termos dos arts. 35 a 42 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do art. 3o, § 2o, do Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004.

§ 2º A metodologia específica do Programa será definida por Documento Básico a ser elaborado pelo Ministério da Educação.

§ 3º Os cursos do Programa Mulheres Mil, destinados à formação inicial e continuada, deverão contar com carga horária mínima de 160 horas.

§ 4º Os cursos poderão ser ofertados na modalidade PROEJA, nos termos do Decreto nº 5.840, de 24 de julho de 2006, ou em forma articulada com outros sistemas de ensino.

§ 5º A oferta deverá se dar mediante a observância das diretrizes curriculares nacionais e demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional técnica de nível médio, para o ensino fundamental, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos.

Art. 5º As instituições de ensino ofertantes de cursos e projetos do Programa Mulheres Mil serão responsáveis pela estruturação dos cursos oferecidos e pela expedição de certificados e diplomas.

Art. 6º O processo de reconhecimento de saberes será desenvolvido por meio dos Programas de Certificação no âmbito da Rede Certific – Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada do Ministério da Educação, previstos na Portaria Interministerial nº 1.082, de 23/11/2009 e na Lei nº 8.892, de 29/12/2008.

Art. 7º O acompanhamento e o controle social da implementação nacional do Programa Mulheres Mil será exercido por Comitê Executivo, com função consultiva.

Parágrafo único. A composição, as atribuições e o regimento do Comitê Executivo de que trata o caput deste artigo serão definidos pelo Ministério da Educação.

Art. 8º Correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Educação as despesas para a execução dos encargos no Programa Mulheres Mil, nos casos do § 1º do art. 3º.

Parágrafo único. Na hipótese do § 2º do art. 3º, as despesas do Programa Mulheres Mil correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da instituição ofertante, órgãos ou entidades parceiros na medida dos encargos assumidos, ou conforme pactuado no ato que formalizar a parceria.

Art. 9º Fica instituído o Centro de Referência do Programa Mulheres Mil, na forma do regulamento.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

(Publicado no DOU nº 140, Seção 1, página 38, sexta-feira, 22 de julho de 2011)